



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CJ.OF.173/07-RUSP
AMC/of

São Paulo, 05 de julho de 2007.

Magnífica Reitora.

Conforme solicitação de Vossa Magnificência, venho esclarecer os fundamentos da defesa da Universidade de São Paulo no que se refere à questão de cargos, empregos e funções que vem sendo discutido junto ao Tribunal de Contas.

Preliminarmente é necessário deixar claro que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo está questionando atos praticados pela Universidade de admitir pessoal para empregos e funções, sem que estes tenham sido criados por lei, competindo, portanto, à própria USP, pela atuação do seu corpo jurídico, fazer a defesa de tais atos, que foram praticados segundo as normas legais.

Do entendimento do Tribunal de Contas

Entende o Tribunal de Contas que a Constituição Estadual de 1989 atribuiu privativamente ao Poder Legislativo a criação de cargos, empregos e funções e, portanto, depois dela não poderiam os Poderes Públicos fazer admissões sem que o posto de trabalho (cargo, emprego ou função) tivesse recebido a aprovação da Assembléia Legislativa.

A determinação do Tribunal de Contas, no entanto, reconhece como válidas as criações feitas anteriormente a 07 de maio de 2004, data esta fixada como limite para as Universidades Públicas Estaduais utilizarem-se dos cargos, empregos e funções por elas mesmas criados, eis que o que foi feito anteriormente restou convalidado.

Da situação específica das Universidades Públicas Estaduais

A Universidade sempre seguiu, na criação de cargos, empregos e funções, as disposições constitucionais ou legais existentes no Estado de São Paulo.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Assim, os cargos públicos eram, e são, criados por lei ou, na vigência da Lei 6.826/62, por decreto, como determinava a legislação estadual (caso específico da carreira docente).

A mesma Lei 6.826, de 06 de julho de 1962, secundada pelo Decreto Estadual 40.929, de 23 de outubro de 1962, determinou que os provimentos, admissões e demais atos administrativos referentes ao pessoal da Universidade de São Paulo passariam para a alçada do Reitor e indicou expressamente:

"Serão baixadas, mediante Portaria do Reitor, aprovada pelo Conselho Universitário, tabela de funções e níveis de remuneração dos servidores da Universidade de São Paulo" (art. 2º do Decreto 40.929, de 23 de outubro de 1962.)

A admissão por ato próprio da Universidade de São Paulo foi consequência de um modelo colocado pelo Governo do Estado de São Paulo para esta Autarquia Universitária, modelo este, como visto, aprovado pela Assembléia legislativa.

Esse mesmo modelo foi aplicado depois para as duas outras Universidades Públicas estaduais, por instrumentos próprios.

A referida Lei 6.826, de 06 de julho de 1962, só foi revogada recentemente pela Lei Estadual 12.498, de 26 de dezembro de 2006.

Da Irretroatividade da Lei

Não obstante coloque o Egrégio Tribunal de Contas que os cargos, empregos e funções devam ser criados por lei, é necessário apontar que a redação originária do art. 19, inciso III, da Constituição Estadual de 1989, só indica a necessidade de aprovação do Poder Legislativo no se que se refere a cargos públicos, não mencionando empregos ou funções.

Apenas em 21 fevereiro de 2006, pela Emenda Constitucional nº 21, foi atribuída ao Poder Legislativo a competência para aprovação de empregos e funções.

Nesse ínterim, e até à revogação da Lei 6.828, de 06 de julho de 1962, a Universidade de São Paulo tinha a faculdade de, por ato próprio, criar empregos e funções.

A não inclusão no art. 19 da Constituição Estadual, como competência do Poder Legislativo, da criação de empregos e funções foi evidentemente para preservar um modelo que o próprio Estado de São Paulo havia erigido para as Universidades Públicas Estaduais, modelo este que, desde o ato de criação da USP, conforme Decreto Federal nº 39, de 03 de



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

setembro de 1934 (art. 42, caput e § 3º alínea "a"), só veio se aperfeiçoando no tempo, seja nas Leis e Decretos Estaduais, do Estado de São Paulo, culminando com o Decreto Estadual nº 29.598, de 2 de fevereiro de 1989, este que veio dar o formato definitivo da autonomia universitária no Estado de São Paulo, ente federativo este precursor que sempre foi do modelo, hoje consagrado na Constituição Federal, após sucessivo reconhecimento nas Leis de Diretrizes e Bases.

Da questões de ordem administrativa

Na área docente, como dito, a modelagem da carreira está sustentada em cargos efetivos, criados por lei ou por decreto de acordo com as normas legais (Professor Doutor, Professor Titular, Professor Assistente), e, particularmente, o perfil futuro deverá estar ajustado às determinações do Conselho Universitário constantes do Ofício GR 285, de 13 de abril de 2004, que segue anexo.

Na área técnica e administrativa, o quadro de funções na Universidade não é novo, portanto, vem de há muitas décadas e também sustentado no panorama normativo do Estado de São Paulo.

Quando da opção da Universidade pela adoção do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi institucionalizada a carreira dos servidores e a Resolução própria foi editada no ano de 1986 (Resolução nº3.116, de 22 de maio de 1986, posteriormente modificada pela Resolução 4.154, de 29 de março de 1995), portanto anteriormente à Constituição Estadual de 1989.

Por evidente os empregos e funções existentes, quando vagos (casos de aposentadoria, dispensa, falecimento), estão livres para novas admissões, não existindo fundamento normativo para extingui-los, mais ainda de forma automática.

A Universidade de São Paulo, no procedimento de rotina do Tribunal de Contas, de aprovação e fiscalização dos atos da administração universitária, tem esclarecido tais questões e continuará fazendo, em todas as instâncias, a defesa dos atos praticados pelas autoridades universitárias, que estavam sustentados em normas da própria Universidade e segundo autorização dos órgãos centrais.

Pelo exposto, e reforçando que a matéria ainda se encontra em tramitação, sendo objeto de debate e discussão entre as instituições, não há fundamento ou motivação para atuação individual dos servidores, cujas admissões estão sendo defendidas pela Universidade, pois referem-se a atos por ela praticados e que, como dito, foram embasados em normas que assim autorizavam.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Ana Maria da Cruz
Procuradora- Chefe

A Magnífica Reitora
Professora Doutora SUELY VILELA
Reitora da Universidade de São Paulo